

Âmbito: Nacional Tiragem: 184532 Tema: Press Clippings Título: Gantanamo ou o esplendor da hipocrisia, por Miguel Sousa Tavares GRP: 7.4 Temática: Generalista 2007/01/27 EXPRESSO – PRINCIPAL Pág.7 Imagem: 1/1 Periodicidade: Semanal Inv.: 9323.00

> Miguel Sousa Tavares



preciso, pelos vistos, começar por lembrar o óbvio: Guantánamo não foi nem é uma prisão como outra qualquer. Guantánamo é o território zero dos direitos hu-manos, maravilha fatal da nossa idade. Os que lá estiveram e estão presos não foram condenados por qualquer tribunal, não foram mandados prender por nenhum juiz, não foram interrogados por qualquer magistrado, não foram defendidos por nenhum advogado, não rece-bem visitas da família nem de ninguém. Não são presos comuns nem go-zam do estatuto de prisioneiros de guerra e também não são sequer presos políticos, ao abrigo de uma qualquer legisla-ção de excepção. Juridicamente, os presos de Guatánamo inauguraram uma nova condição penal de que não havia registo desde os mais fundos tempos da barbárie, incluindo os «goulags» estalinianos: são não-existentes. O Exército e o Presidente dos Estados Unidos re-servam-se o direito de não dizerem, nem às famílias, quem é que têm preso, desde quando, por que razões e por quanto tempo. O fundamento ético e jurídico para isto é a "luta contra o terro-rismo" — essa infinita nebulosa do direito inaugurada após o 11/9. Mas, pelo menos de acordo com as regras fundadoras da democracia, tal como as conhecemos, isto não é uma forma de luta contra o terrorismo: é, sim, uma luta entre terrorismo de um lado e terrorismo do outro lado.

Para transportar òs presos america nos com destino a Guantánamo, desde o Afeganistão ou outros países da Ásia e do Médio-Oriente, os aviões da CIA tiveram de sobrevoar e fazer escala pe-lo caminho em território europeu. O que o Parlamento Europeu tentou apurar nos últimos meses é quais foram os governos europeus que concederam autorização para tal, em que condições e com que fundamento. Porque a ninguém passa pela cabeça que pelo me-nos 1245 voos da CIA já detectados tenham sobrevoado e aterrado em aeroportos europeus sem que os respectivos governos tivessem tido a curiosidade de indagar qual era a sua missão. Quería-se, pois, apurar o que terá levado governos europeus — entre os quais, o português, que autorizou pelo menos 118 voos da CIA — a tornarem-se coniventes com a infâmia de Guantánamo. E, já agora, queria-se também uma explicação para o facto de o terem feito em total secretismo, longe da vista e da opinião pública, depois de alguns deles, entre os quais o português, já se terem tornado também no passado coniventes do embuste montado pelo «staff» de Bush para justificar a desastrada invasão do Iraque.

Dêem-se as voltas que se derem ao texto, não há questão mais política e mais pertinente do que esta. Eu sei, todavia, que há sempre lugar para invo-car as 'razões de Estado' a fim de silenciar o que não convém e apelar ao silêncio sobre as 'questões sensíveis'. Na argumentação sibilina e subliminar utilizada contra os dois deputados portu-gueses que no Parlamento Europeu tentaram forçar o Governo português a contar o que se tinha passado, não faltou mesmo a insinuação de falta de patriotismo. Eu sei que é bem mais conveniente que os terroristas islâmicos nuca venham a conhecer a fundo a verdadeira dimensão do envolvimento de Portugal com algumas coisas que, justamente por isso, foram mantidas secre-tas. Mas há outra maneira de ver as coisas, a maneira democrática: Portugal, sob a liderança leviana de Durão Barro so, comprometeu-se, quer com a invasão do Iraque quer com os voos da CIA para Guantánamo, muito para lá do que era do interesse nacional e da opinião da maioria dos portugueses: isso, sim, pôs em perigo a nossa segurança, para já não falar da independência da nossa política externa. Vi há tempos Durão Barroso ser confrontado, numa entrevista televisiva, com o seu papel na aventura do Iraque. Naquele seu tom de 'estadista' que sabe e alcança muito mais do que o comum dos mortais, respondeu, em tom displicente que, de facto, nem tudo no Iraque tinha corrido como ele tinha previsto e que se sabem hoje coisas que então se não sabiam. Mas, concluía ele, para salvar a face, com as informações então disponíveis hoje teria decidido comprometer-nos por igual. Ora, isto, como sabemos, é falso: Durão Barroso jurou en-tão ter visto "provas" conclusivas sobre, nomeadamente, a existência de armas de destruição maciça no Iraque. Mas essas "provas" foram então negadas pelas inspecções no terreno, pelas Nações Unidas e pela grande maioria

Contra Carlos Coelho e, sobretudo, contra Ana Gomes levantou-se um coro hipócrita do 'patrioticamente correcto' que conseguiu inverter os termos da equação: estava certo, não quem queria saber a verdade mas quem queria ocultá-la



ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO/WHO

dos governos. E hoje sabemos que, pura e simplesmente, não havia armas, pelo que não podia haver "provas". Afirmar hoje — depois de centenas de mi-lhares de mortos, com o Iraque numa situação sem saída, o Médio-Oriente pior do que nunca e a ameaça terrorista tornada exponencial devido ao Iraque — que decidiria da mesma maneira com as "informações" que então tinha é de uma leviandade absoluta. E é a prova, essa sim, decisiva, de que o secretismo das tão invocadas 'razões de Estado' serve muitas vezes para esconder a incompetência, a leviandade ou a agenda pessoal e inconfessável dos governantes. Por isso é que a questão da cum-plicidade europeia com Guantánamo não é uma questão menor nem uma questão que deva ser remetida ao silêncio em nome dos "superiores interesses nacionais" ou europeus. É, antes, uma questão determinante em termos de política externa e reveladora em termos de conhecimento do carácter de quem nos governa. Perguntem a Luís Âmado, enquanto cidadão, o que acha ele de Guatánamo, e ele vai responder que acha intolerável; mas perguntem-lhe o mesmo, enquanto ministro dos Estrangeiros, e ele vai jogar com as palavras, vai deliciar-se em jogos florentinos de linguagem diplomática e vai acabar a mentir de óptima consciência. Porém, face ao que se passou no Iraque e não só, sabemos já que isto não faz parte da inevitabilidade da natureza da política: faz parte da consequência natural da

política que se oculta por ser má. Contra Carlos Coelho e, sobretudo, contra Ana Gomes, levantou-se um coro hipócrita do 'patrioticamente correc-to' que conseguiu inverter os termos da equação: estava certo, não quem queria saber a verdade, mas quem queria ocultá-la. Socialistas eternamente disponíveis para todo o servico, mediocres e carreiristas de todas as horas, caíram em cima de Ana Gomes como se ela fos-se um vende-pátrias ou uma louca inimputável. O relatório do Parlamento Europeu, esta semana divulgado, vem dar razão a Carlos Coelho e a Ana Gomes. Mas fica, como ele próprio reconhece, claramente aquém do apuramento de toda a extensão dos factos. Por ora, ficámos a saber apenas que uma série de governos europeus foram consciente e voluntariamente cúmplices dessa igno-mínia que é a prisão de Guantánamo. O que quer dizer que apregoam valores e princípios que, na hora das escolhas, não perfilham. Dormem tranquilos, obviamente indiferentes à sorte de um qualquer Ahmed capturado algures no Afeganistão e sepultado vivo em Guantánamo: uma simples abstracção, que não lhes tira o sono. Mais tarde, talvez quando forem desclassificados os documentos da CIA, eu suspeito que ficaremos a saber que a conivência de Portugal foi muito para além do que até agora se descobriu.